

**PARECER CONJUNTO PARA DISCUSSÃO
ÚNICA DO PROJETO DE LEI N.º 77/98**

I - RELATÓRIO

Apresentado pelo Prefeito, o Projeto de Lei n.º 76/98 dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 99.000,00, às dotações que especifica.

II - FUNDAMENTAÇÃO

1. Do Projeto de Lei n.º 77/98

O presente projeto de lei almeja autorização legislativa para proceder a abertura de crédito de R\$ 99.000,00 a diversas dotações do Orçamento vigente, destinadas ao pagamento de pessoal e obrigações patronais.

A redação do mesmo encontra-se adequada aos princípios norteadores da técnica legislativa.

2. Dos Créditos Suplementares

As autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei do Orçamento constituem-se créditos adicionais (Art. 40, da Lei Federal n.º 4.320/64).

Os créditos que visam suplementar as dotações do Orçamento são os ditos suplementares, que são uma espécie de crédito adicional. Quando os créditos orçamentários forem ou se tornarem insuficientes, é previsto na legislação a autorização de créditos suplementares (Art. 42, da Lei n.º 4.320).

Para que se proceda a abertura de tais créditos, é imprescindível a existência de recursos disponíveis, sendo perfeitamente possível e viável que estes recursos sejam provenientes de anulação parcial ou total de dotação orçamentária, como dispõe o art. 2º do projeto em exame.

É necessária a prévia autorização legislativa, uma vez que a Constituição da República, no seu art. 167, inciso V, veda a abertura de

**Comissão de Legislação, Justiça e Redação e
Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas**



crédito suplementar ou especial sem essa autorização e sem indicação dos recursos correspondentes.


Como se vê, o projeto em análise encontra-se adequado aos requisitos legais, porque contém a prévia autorização legislativa, indica os recursos correspondentes e está acompanhado de justificativa.

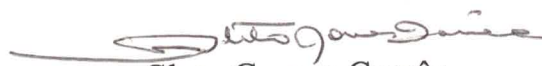
III - CONCLUSÃO


Tendo em conta o exposto, estas Comissões opinam pela legalidade, constitucionalidade e aprovação e do Projeto de Lei n.º 77/98.

Sala das Reuniões, 11 de dezembro de 1998.



Mariosan Rodrigues da Silva
Membro da CFOTC e Relator


Sebastião Miranda de Resende
Presidente da CFOTC


Cleto Gomes Corrêa
Presidente da CLJR


Anidson Gabriel
Membro da CFOTC


Antônio Mantovanelli
Membro da CLJR


Clodoaldo José Borges
Membro da CLJR